

### *Editorial*

Em tempos de avanços significativos do mercado sobre a Educação; em meio a ataques conservadores à intelectualidade e os crescentes discursos de ódio às minorias, as pesquisas no campo do ensino de Biologia não podem se pôr a par do cenário distópico que se desenha. Se queremos constituir um ensino de Biologia mais humanizado, isto é, que se pretende socialmente relevante, justo e emancipatório, necessitamos compreender o campo como um espaço de criação, resistência e diversidade. Neste sentido, entendemos que urge a produção e os deslocamentos teóricos, experimentos metodológicos e as invenções epistemológicas que se oponham a este quadro. É com esse espírito que propomos a publicação do Dossiê “*Currículo e ensino de Biologia*”.

Nesta seara, compreendemos que a questão curricular é uma temática essencial para a construção e implantação de um ensino de Biologia que se pretende mais humanizado e socialmente relevante. Um ensino de Biologia que atenda a um imperativo didático que não dissocia os aspectos sociais e culturais da dimensão biológica, afinal, não existe o biológico separado do todo, como nos lembraram Freire e Horton (2003).

O contexto pandêmico trouxe à tona inúmeros episódios de ofensas, agressões, discursos de ódio e racismo e, neste sentido, compreendemos que produções que versem sobre currículos e práticas curriculares para o ensino de Biologia são potentes para expor uma perspectiva de ensino que se mova para além de uma fronteira delimitadora do que diz o que é próprio ou não da disciplina escolar Biologia. Assim, o objetivo deste dossiê foi reunir relatos de pesquisas e experiências que discutam o funcionamento dos currículos para o ensino de Biologia, suas relações de poder, produção de verdades e, também, possíveis incidências e diálogos desses currículos com o novo cenário que se apresenta, contorcendo a produção curricular para além da concepção de um ensino higienista, insípido, inodoro e inerte a tudo o que vivemos.

A leitora e o leitor encontrarão neste número especial um dossiê organizado em um conjunto de 40 artigos de autorias ligadas a diferentes instituições, articulações temáticas, engajamentos sociais, compromissos políticos, perspectivas teórico-metodológicas e práticas pedagógicas, situando contribuições importantes para o campo do Ensino de Biologia.

Os artigos a seguir se ocupam em investigar diferentes dimensões do campo do Currículo, ao dirigirem sua atenção para a Formação de Professores de Ciências e Biologia, refletindo sobre práticas pedagógicas, políticas educacionais e desafios na formação docente, indicando uma preocupação com os rumos e projetos de formação praticados. Em “Projeto Pedagógico Curricular de um curso de Ciências Biológicas: um olhar para as Teorias do Currículo”, as autoras investigaram projetos pedagógicos curriculares (PPCs) de um curso de

Ciências Biológicas em uma universidade pública no noroeste do Paraná. A análise revelou que o PPC antigo favorecia teorias tradicionais com ênfase em planejamento e eficiência, enquanto o atual adotou uma abordagem mais pós-crítica, incorporando conceitos relacionados a questões humanas, como raça e sexualidade, e questões ambientais. Essa mudança de perspectiva pode ser entendida como um contexto relevante para a discussão subsequente sobre a descaracterização da Prática como Componente Curricular na Base Nacional Comum para a formação inicial de professores/as.

Em “A descaracterização da prática como componente curricular na Base Nacional Comum para a Formação inicial de Professores” buscou compreender como a Prática como Componente Curricular (PCC) se manifesta na formação em Ciências Biológicas. Apesar das pesquisas destacarem a importância da PCC, a Base Nacional Comum de Formação (BNC-Formação) altera sua natureza, comprometendo suas dimensões formativas. A transformação da Prática como Componente Curricular (PcCC) em Prática dos Componentes Curriculares (PdCC) na BNC-Formação é apontada como um risco para a formação docente crítica, limitando-a a uma lista de conteúdos da Base Nacional Comum Curricular.

Em “A proposta curricular diferenciada do curso de licenciatura em Ciências da UFPR Litoral e sua disseminação na prática dos egressos” analisa a formação do curso de Licenciatura em Ciências, conhecido por seu currículo inovador no Ensino Superior. Com abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, por meio de análise documental e entrevistas com oito ex-alunos, investiga os efeitos da formação na prática pedagógica dos egressos. O estudo conclui que os elementos inovadores na formação, embora enfrentando desafios, têm impactado positivamente a atuação docente dos profissionais graduados.

O artigo “A alquimia dos mestrados profissionais em ensino como inovações curriculares” examina os discursos das políticas oficiais para o mestrado profissional em ensino, investigando a relação entre teoria e prática. Sob uma perspectiva sociocultural, analisa documentos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Busca ampliar sentidos nos currículos, destacando a inovação do mestrado profissional na avaliação de programas de pós-graduação.

O artigo “Os manuais didáticos e seu papel na formação de professores: uma análise das teorias biológicas por meio da crítica feminista à ciência”, baseado em premissas teóricas de Gênero e Feministas, analisa manuais de Anatomia e Fisiologia Humana na Licenciatura em Ciências Biológicas. A análise do discurso sob a crítica feminista à ciência revela estereótipos e assimetrias de gênero nas obras, potencialmente perpetuando hegemonia masculina.

O artigo “Mudança de lentes e a prática docente: o besouro da complexidade ecológica para uma análise paradigmática do componente curricular prática de ecologia na licenciatura em Ciências Biológicas” é focado na Prática de Ecologia, e analisa a mudança na prática docente embasada em paradigmas sistêmico, complexo e ecológico. A pesquisa temática destaca a

complexidade na articulação de métodos, perspectivas e teorias, contribuindo para debates sobre ação pedagógica em ecologia.

O relato de experiência “Currículo em Ação na Formação de Professores (as) de Biologia: experiência formativa em Botânica com júri simulado” reflete sobre o currículo em ação na formação de professores de Biologia. Um júri simulado em Botânica, em formato remoto, destaca a vivência de um currículo crítico, valorizando as vozes dos alunos e desenvolvendo argumentação no debate científico.

O texto “Formação de Professores/as de Biologia para a Educação das Relações Étnico-Raciais na formação inicial: análise curricular de uma licenciatura e da prática docente” discute a importância da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na formação inicial de professores/as de ciências biológicas. Baseado em estudo de caso, a análise curricular e entrevista destacam avanços na inserção da ERER, apontando para a necessidade de investigar seu impacto na formação. Aqui, a ênfase recai na importância da Educação das Relações Étnico-Raciais, proporcionando uma análise mais específica sobre inclusão e diversidade na formação.

No artigo “Reforma do Ensino Médio e Formação de Professores: uma cronologia insensata”, o “Novo Ensino Médio” é discutido em relação à Base Comum Curricular, Enem e Diretrizes Curriculares. O texto demonstra mudanças não apenas na educação básica, mas também na superior, apontando três questões pouco evidentes que demandam solução no debate sobre a reforma educacional. Essa análise finaliza a série de estudos, enfatizando a necessidade de solucionar questões pouco evidentes na reforma educacional, consolidando a reflexão sobre os rumos da formação de professores.

O conjunto dos dez textos apresentados a seguir o leitor e a leitora encontrarão análises e reflexões sobre políticas curriculares em diferentes contextos. No artigo “Currículo de Biologia como território de disputas: análise de currículos estaduais cearenses após os anos 1990” os autores pretendiam compreender por meio as mudanças nas finalidades, conhecimentos e abordagens recomendadas para a disciplina Biologia no Ceará entre 1992 e 2023. Os resultados apontam que após os anos 2000, os conteúdos sobre Biotecnologia e Engenharia Genética ganharam maior *status*. Desse modo, como atos de resistência dos sujeitos envolvidos na produção curricular, há a defesa de conflitos ambientais locais e a menção sobre sexualidade e gênero.

O artigo denominado “O que está por trás do *currículo em movimento do Distrito Federal?* uma análise sobre as concepções de ciência e conhecimento nas disciplinas escolares Ciências da Natureza e Biologia” investigou os pressupostos teóricos dos currículos escolares do Distrito Federal (DF) sobre a concepção de ciência e conhecimento nas disciplinas de Ciências da Natureza e Biologia da Educação Básica. Os resultados inferem discordância entre

o embasamento teórico dos currículos e o que é defendido pela Pedagogia Histórico-Crítica, ocasionando uma pluralidade teórico-metodológica.

Os autores do artigo “O componente curricular Ciências no Currículo Bahia: continuidades e rupturas com a BNCC” pretendiam compreender a configuração do componente curricular Ciências no Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), tomando com abordagem teórico-metodológica o ciclo de políticas de Stephen Ball e colaboradores. A análise permitiu apontar que este componente curricular na Base Nacional apresenta uma configuração limitante para a formação integral, com uma estrutura normativa, uma escrita prescritiva e discursos que cerceiam o processo de ensino e aprendizagem mediante monitoramento dos conhecimentos. No DCRB, a proposta do ensino de Ciências se apresenta mais dialógica e ampla, visto que relaciona o ensino de Ciências com diversas abordagens que visam a formação integral.

Em “Astrobiologia no Ensino Médio: tecendo bases no currículo de Biologia brasileiro e paranaense” a autora e o autor pretendiam identificar na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná-PR, componente curricular Biologia, habilidades, temáticas e conteúdos que podem ser associados a ciência Astrobiologia. A análise permitiu inferir, que tanto no currículo proposto pela base quanto nos referenciais paranaenses, são postos vários conteúdos que, a partir de um olhar abrangente e contextualizado, contemplam os conceitos e conhecimentos científicos que embasam a pesquisa astrobiológica.

“Compreendendo a função social da política curricular no Brasil a partir das áreas de Ciências da Natureza da BNCC” visou compreender os objetivos educacionais nas competências e habilidades de Ciências da Natureza na atual BNCC e, por conseguinte, a função social do ensino proposto. Por meio da Análise de Conteúdo da atual BNCC e da aplicação da Taxonomia Revisada de Bloom na formação de categorias de análise, os resultados apontam para uma função social propedêutica e reacionária da política curricular materializada nas Ciências da Natureza da atual BNCC.

O debate em torno da padronização curricular e a tentativa de fixação de sentidos para a aprendizagem da Biologia, por meio das Ciências da Natureza, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi apresentado no artigo “Política padrão, currículo e ensino de Biologia: quais caminhos para a diferença?”. O autor, perspectivado por registros pós-estruturais do campo do currículo, discute as implicações envolvidas na definição de um solo comum à aprendizagem em Biologia em todo e qualquer contexto nacional. Argumenta que a padronização das aprendizagens pode significar um empobrecimento do horizonte de possibilidades de criação para o currículo e o ensino de Biologia e defende que os caminhos para a diferença no currículo e no ensino de Biologia passam pela subversão interpretativa da política de identidade curricular nacional suscitada pela BNCC em seus aspectos pedagógicos.

No artigo “Entre tensões, resistência e inovação: processo de construção de uma proposta curricular de Ciências da Natureza” as autoras e o autor discutem o processo de construção de uma proposta curricular para o Ensino Fundamental II. Ressaltam que esta construção foi impulsionada pela promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e partiu de uma análise crítica da mesma, destacando o desafio em conciliar as críticas e propostas de inovação a este documento normativo que visa homogeneizar os currículos e controlar o trabalho docente.

“Divulgação científica como currículo, um currículo para divulgação? conexões e divagações” é um ensaio que problematiza como o conceito de divulgação científica foi historicamente relacionado à educação científica, e como isso instituiu um currículo para Educação em Ciências. As autoras percorrem por dadas questões para considerar a possibilidade de abrir brechas nos currículos saturados de verdades, imbricando-se em outros códigos que foram abandonados nas linhas duras das composições curriculares como o sonho e a fantasia.

O artigo “Regulações e sistemas de raciocínio nas políticas de currículo: o caso da investigação científica escolar” apresenta uma análise acerca de como o enunciado sobre investigação científica vem sendo veiculado em diferentes momentos históricos no âmbito das disciplinas escolares Ciências e Biologia e de como ele emerge nas políticas de currículo contemporâneas, especialmente na área de Ciências da Natureza. A autora e o autor sinalizam como os princípios são traduzidos no âmbito das formulações curriculares e indicam a necessidade de se apostar em uma agenda de pesquisa que explore como tais traduções se dão no contexto da prática.

A autora do artigo “A construção curricular em EJA: a Educação em Ciências que se cria nas frestas da precariedade e da resistência” apresenta dados de uma investigação em que ambiciona compreender os processos de construção dos currículos de Ciências na Educação de Jovens e Adultos. A análise realizada põe em relevo os movimentos que as educadoras que participaram do estudo fazem diante do desafio de superar, por meio do diálogo, uma identidade aulista, tensionando modos de atuação profissional na qual se pretende conquistar maior autonomia e criação de desenhos curriculares próprios para a modalidade.

O diálogo com a perspectiva da Educação CTS compõe a discussão dos próximos dois artigos. Em “Ensino de Biologia sob as lentes da Educação CTS: uma análise crítica dos cadernos de apoio à aprendizagem do Estado da Bahia”, as autoras investigaram as possibilidades e as limitações de estratégias didáticas na articulação entre as relações CTS no Ensino de Biologia a partir dos cadernos de apoio à aprendizagem. Elas concluíram que os cadernos, apesar de não mostrarem sensíveis ao contexto pandêmico em que foram produzidos, apresentam potencial de diálogo com CTS. No entanto, destacaram que as estratégias didáticas encontradas precisam adensar a fundamentação sob as lentes da Educação CTS.

O artigo intitulado “A pandemia de COVID-19 como temática curricular: atividades não presenciais de uma rede de ensino analisadas pela perspectiva CTS e da Educação em desastres” investigou as compreensões de como a pandemia de COVID-19 foi abordada em documentos curriculares das séries finais do Ensino Fundamental em 2020, mobilizando a literatura da educação CTS. A autora e o autor identificaram o predomínio de abordagens da promoção de ‘percepções’ sobre a pandemia, evidenciando um esvaziamento das intencionalidades de ‘questionamentos’ sobre interrelações CTS. Destacaram ainda a presença de caminhos para uma abordagem sociocientífica da referida temática nos currículos de Ciências e Biologia.

Em “Abordagem de questões sociocientíficas no Ensino de Biologia como mecanismo de fortalecimento do protagonismo juvenil” foi investigado a influência da abordagem de temáticas sociocientíficas como mecanismo de fortalecimento do protagonismo juvenil a partir de diálogos com professores/as de Biologia e estudantes do Ensino Médio. A autora e o autor destacaram que a abordagem de aspectos sociocientíficos pode desenvolver o protagonismo em estudantes da Educação Básica.

O artigo “Ensino de Microbiologia: o que ficou de aprendizado depois da pandemia?” apresentou a mobilização de uma investigação que propôs tensionar como a microbiologia está sendo desenvolvida após as aprendizagens com o contexto de pandemia. O estudo revelou que os/as docentes abordam os microrganismos com base em teorias existentes na literatura, principalmente com o uso do Livro Didático, apresentando-os majoritariamente sob seus aspectos negativos. Diante disso, os/as autores/as apresentaram uma proposta de cartilha como um valioso recurso pedagógico para o ensino de microbiologia.

Em “Perspectivas para o enfrentamento no negacionismo científico em livros didáticos de Projetos Integradores de Ciências da Natureza e suas tecnologias”, a autora e os autores apresentaram uma análise, da abordagem de possibilidades de enfrentamento ao negacionismo científico, realizada com três livros didáticos de Projetos Integradores de Ciências da Natureza e suas Tecnologias aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático de 2021. Embasaram teórico-metodologicamente nos estudos dos campos do currículo e da Educação em Ciências. Mapearam apostas no desenvolvimento de práticas argumentativas e na problematização de *fake news* com propostas para a valorização social da ciência e combate ao negacionismo. Porém, destacaram que uma das obras apresentavam conteúdos mais restritos sobre tais temáticas, flagrando lances de disputas nos currículos escolares.

A investigação com livros didáticos também foi apresentada no artigo intitulado “Análise da contribuição da História da Ciência ao Ensino da Teoria Celular em livros didáticos de Biologia”. Os autores e a autora investigaram como os livros didáticos de Biologia, do Ensino Médio, têm trabalhado as questões históricas relacionadas à Teoria Celular. Como principais resultados situaram que muitas visões deformadas de Ciência estão reproduzidas nos livros didáticos analisados.

As autoras do artigo “Conceitos fundamentais da Ecologia no Ensino fundamental: uma análise a partir da Base Nacional Comum Curricular e de entrevistas com especialistas” apresentaram a identificação de como conceitos fundamentais no Ensino de Ecologia, para os anos finais do Ensino Fundamental, podem contribuir para a reflexão sobre a construção de um currículo que tenha como foco a socialização dos saberes científicos, preconizado pela pedagogia histórico-crítica. Utilizaram como fontes de pesquisa entrevistas com especialistas da área de estudo da Ecologia e análise da BNCC. Como resultados, indicaram que “interações ecológicas” e “conservação” são conceitos em comum nas duas fontes pesquisadas e, em um processo de depuração dos conceitos indicados, destacaram “interações ecológicas” como um conceito fundamental dentro do ensino da Ecologia, e “conservação” como uma consequência do processo de ensino e aprendizagem dos demais conceitos da Ecologia.

No artigo “Evolução Biológica e Química da vida em materiais curriculares de Ciências de uma rede municipal de ensino”, o autor e a autora mobilizaram as temáticas de Evolução Biológica e Química da vida em documentos curriculares de Ciências por meio de uma investigação que analisou o conhecimento evolutivo no Referencial Curricular e Planos Especiais de Estudos (PEE) da rede municipal de Ensino de Maricá em 2020 e 2021. Concluíram que o Referencial Curricular está alinhado à BNCC, organizado em unidades temáticas e habilidades. Os conhecimentos de Evolução Biológica são abordados somente em um Plano de Estudos para o oitavo ano de 2020 e Evolução Química da Vida não foi neles abordado. Apontaram, também, que a Evolução não é tema transversal no Referencial Curricular e nos PEE analisados.

Já no artigo “Ensino fundamental na BNCC: o estruturalismo e o pós-estruturalismo no Eixo Vida e Evolução das Ciências da Natureza”, os autores e a autora buscaram caracterizar o estruturalismo e o pós-estruturalismo enquanto elementos curriculares nos objetos de conhecimento e habilidades do eixo Vida e Evolução, das Ciências da Natureza, na BNCC. Para tanto, situaram aspectos do predomínio da perspectiva estruturalista com foco no caráter empírico que reflete o papel escolar de reprodução de conceitos pré-estruturados e intensifica discursos lineares cientificamente. Apontaram que a construção de novos saberes nas Biociências ocorre na superação do processo científico como absoluto, ao reconhecer subjetividades no conhecimento biológico.

Em “Práticas ecopedagógicas integradas no caderno viajante: enriquecendo o currículo por meio dos saberes locais”, as autoras buscaram evidenciar um trabalho desenvolvido na Escola Municipal Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro, de fevereiro a dezembro de 2022 com estudantes do ensino fundamental, suas famílias, uma docente e uma pesquisadora. O estudo objetivou resgatar o conhecimento popular e ancestral das famílias relacionando-o aos componentes das Ciências da Natureza, por meio de práticas ecopedagógicas alicerçadas na Educação Ambiental Crítica e enredadas com o Caderno Viajante. Contou com uma pesquisa-ação, complementada com observação participante e rodas de conversa. As autoras concluíram

que o trabalho criou uma ponte entre dimensões do currículo, tonalizando a pluralidade de saberes por meio da participação dos/as envolvidos/as.

No ano em que comemoramos os vinte anos da Lei 10.639/03 é muito oportuno lermos um artigo sobre o currículo do ensino de Biologia que contempla tal Lei. O artigo “O Ensino de Biologia em diálogos com tecnologias negras” é instigante por promover uma discussão de uma educação antirracista e um ensino de Biologia transversal e contra-colonial.

A seguir, apresentamos artigos que tem o corpo na centralidade. Iniciamos com um artigo-questionador: “O corpo orgânico é um objeto científico unicamente biológico? Abordagem genealógica para o estudo e a análise dos corpos”. Nele o autor problematiza a apropriação do corpo biológico como objeto científico e padrão de inteligibilidade para as diversas experiências corpóreas do sujeito. Um aspecto que ganha força na atualidade é a apresentação de dois temas emergentes: a covid-19 e o TDAH.

O artigo “Problematizações sobre o corpo biossocial a partir da exposição ‘uma aventura pelo corpo humano’” investiga uma exposição encarando-a como espaço educativo que ensina e promove debates sobre os corpos. Chega-se à conclusão que a exposição é um potente espaço educativo colaborativo para discutir temáticas dos corpos, gêneros e sexualidades.

Mais um artigo com tema emergente foi o “corpo, gênero e masculinidades no ensino de Ciências: (re)leituras do silêncio”. Nele, há uma discussão acerca das vivências e reflexões de professores em formação, a partir de atividades sobre gênero, sexualidade e masculinidade tóxica em aulas de ciências no ensino fundamental.

A partir de uma análise documental, o autor e autoras do artigo “Corpos, comidas e currículos: educação em ciências e biologia menor” buscam perceber como os documentos BNCC e lei 11.947/2009 se relacionam discursivamente com a dimensão da alimentação.

Em “desafios e possibilidades para um currículo transformador das relações de sexo/gênero e sexualidade”, as autoras argumentam que o currículo de ciências e biologia constrói e reforça desigualdades de sexo/gênero e sexualidade, sendo o corpo cis-hétero-masculino adotado como norma.

Ainda sobre temas da atualidade, temos o artigo “Por um currículo em defesa da verdade: ensino de Ciências e Biologia entre o negacionismo científico e a desigualdade de gênero”. Nele há uma potente discussão sobre a necessidade do combate ao negacionismo científico e as perspectivas de valorização das diversidades, mostrando que é indispensável para um ensino de Ciências para a justiça social.

A partir do debate teórico decolonial no ensino de Biologia, o artigo nomeado “os “outros” do currículo: sobre as possibilidades de descolonização no ensino de Biologia”, procura refletir a partir do escopo entre o conhecimento científico e aqueles “não científicos” na constituição do conhecimento escolar.

O texto intitulado “Experimentações pedagógicas com ‘ervas daninhas’: semeando currículos-multiespécies” trata sobre o currículo a partir de uma perspectiva multiespécie, possibilitando ensaiar outras maneiras de coexistir no mundo. Os encontros entre plantas, arte e educação foram importantes para a proposição de experimentações artísticas no ensino de Biologia e, dessa maneira, semear currículos outros que nos permitam coexistir com seres não-humanos.

O artigo “Currículo interespécies: o confinamento de animais no ensino de Biologia” se apoia nas teorizações do campo da história do currículo. Nele, o autor e a autora consideram os animais como sujeitos políticos da escolarização, cujos modos de existência são regulados, dentre outras ordens, pelo confinamento curricular.

Encerramos a apresentação dos artigos com “Um currículo que guarde um pouco da terra nas mãos”. O ensaio é derivado, segundo o autor e autora, da necessidade latente de criar educações possíveis em tempos de mudanças climáticas, na urgência de olharmos nossas formas de estar no mundo e de se fazer composições.

Na condição de organizadores do presente dossiê, queremos dedicar este número especial a gestão da Diretoria Executiva Nacional da SBEnBio (Biênio 2021-2023), aos professores Leandro Duso (presidente); Sandro Prado Santos (vice-presidente) e as professoras Maria Margarida Pereira de Lima Gomes (secretária) e Maíra Batistoni e Silva (tesoureira). Uma gestão que se despede, deixando valiosas conquistas, lutas, esforços coletivos e empenho à frente da associação. Como um dos resultados queremos destacar o compromisso, o reconhecimento e o apoio dedicado a REnBio que na avaliação quadrienal Qualis Capes 2017-2020 obteve o estrato A1. Vida longa para a SBEnBio.

Não poderíamos deixar de agradecer aos/as pareceristas da REnBio pelas contribuições, empenho e presença ao longo da organização deste trabalho, bem como aos/as autores/as aqui reunidos/as por escolherem a revista como meio de circulação de seus trabalhos.

Boa leitura!

*Edinaldo Medeiros Carmo*  
*Maicon Azevedo*  
*Marco Antonio Leandro Barzano*  
*Sandro Prado Santos*

## Referência:

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. 4. ed. Organizado por Brenda Bell, John Gaventa e John Peters. Tradução de Vera Lúcia Mello Josceline e notas de Ana Maria Araújo Freire. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.